

ICMBio

Edição 456 - Ano 10 - 23 de fevereiro de 2018

em foco

FISCALIZAÇÃO
ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

ICMBio avança no combate ao desmatamento com a Operação Integração

PÁGINA 6

Flona de Ipanema assina acordos de cooperação com quatro municípios de São Paulo

PÁGINA 2

Projeto "10 picos, 10 travessias" fecha ciclo comemorativo na Serra dos Órgãos

PÁGINA 4

Flona de Ipanema assina acordos de cooperação com quatro municípios de São Paulo

No último dia 8 de fevereiro, o auditório da ACADEBio foi palco da assinatura de quatro acordos de cooperação entre a Floresta Nacional (Flona) de Ipanema e os municípios de Araçoiaba da Serra, Capela do Alto, Iperó e Sorocaba, todos no estado de São Paulo. A Flona está situada quase integralmente em Iperó, ocupando também uma pequena parte dos municípios de Araçoiaba da Serra e Capela do Alto. Sorocaba é cidade vizinha à unidade, de onde provém uma parcela significativa dos seus visitantes.

Além de Rafael Costa, chefe da Flona de Ipanema, e Marina Kluppel, chefe da ACADEBio, marcaram presença no evento os prefeitos Dirlei Salas (Araçoiaba da Serra), Pericles Gonçalves (Capela do Alto), Vanderlei Polizeli (Iperó) e José Crespo (Sorocaba). Também participaram do ato de assinatura vereadores dos municípios de Iperó e Araçoiaba, conselheiros da Flona, secretários de turismo e meio ambiente das cidades envolvidas e representantes do Instituto Federal de Boituva, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Centro Experimental Aramar.

INTEGRAÇÃO

“É um momento histórico em que todos os municípios irão unir esforços com a Flona e a ACADEBio para que os trabalhos fluam de for-

ma melhor e o meio ambiente seja preservado. A Floresta Nacional de Ipanema é um bem regional e nacional”, destacou o prefeito de Iperó.

De acordo com a equipe da unidade de conservação (UC), os acordos de cooperação permitem a realização de projetos e ações conjuntas, tais como: apoio à criação de UCs municipais, mapeamento de matrizes florestais e implantação de viveiros com o objetivo de aumentar o reflorestamento, promoção de eventos culturais e de educação ambiental, desenvolvimento de roteiros turísticos na região, formação de brigadas voluntárias para prevenção e combate a incêndios florestais, entre outras iniciativas.

Segundo Rafael Costa, cada vez mais os municípios vêm assumindo responsabilidades na gestão ambiental pública. “É fundamental que ocorra uma aproximação entre a gestão municipal e as UCs federais. A Flona de Ipanema não alcançará sua missão e os resultados que a sociedade espera se atuar de forma isolada. Com os acordos de cooperação que foram assinados, demos mais um passo no sentido do desenvolvimento sustentável, uma vez que juntos podemos potencializar nossas ações e alcançar melhores resultados para a conservação e qualidade de vida dos moradores da região”, concluiu Costa.



Acordos devem viabilizar a realização de ações conjuntas

APA Chapada do Araripe promove visita técnica em comemoração ao Dia Nacional das RPPNs

No último dia 2 de fevereiro, uma equipe de servidores e voluntários da APA Chapada do Araripe realizou uma visita técnica à RPPN Oásis Araripe, onde foi lembrado e comemorado o Dia Nacional das RPPNs (31 de janeiro). A atividade cumpriu o objetivo de reunir toda a equipe da UC (servidores, terceirizados e voluntários) para um momento de integração, nivelamento e apresentação de balanço relativo ao ano de 2017.

Durante a visita técnica à RPPN Oásis Araripe, localizada na área da APA, no município de Crato (CE), foi destacada a importância dessa categoria de UC para a conservação da biodiversidade, especialmente dentro de uma APA. “Espaços com esses são ferramentas eficientes para a conservação de áreas e outros atributos da APA que precisam de um maior nível de proteção. As RPPNs são grandes parceiras e estão desempenhando seu papel na garantia de um meio ambiente ecologicamente”, ressaltou Flávia Domingos, da APA Chapada do Araripe.

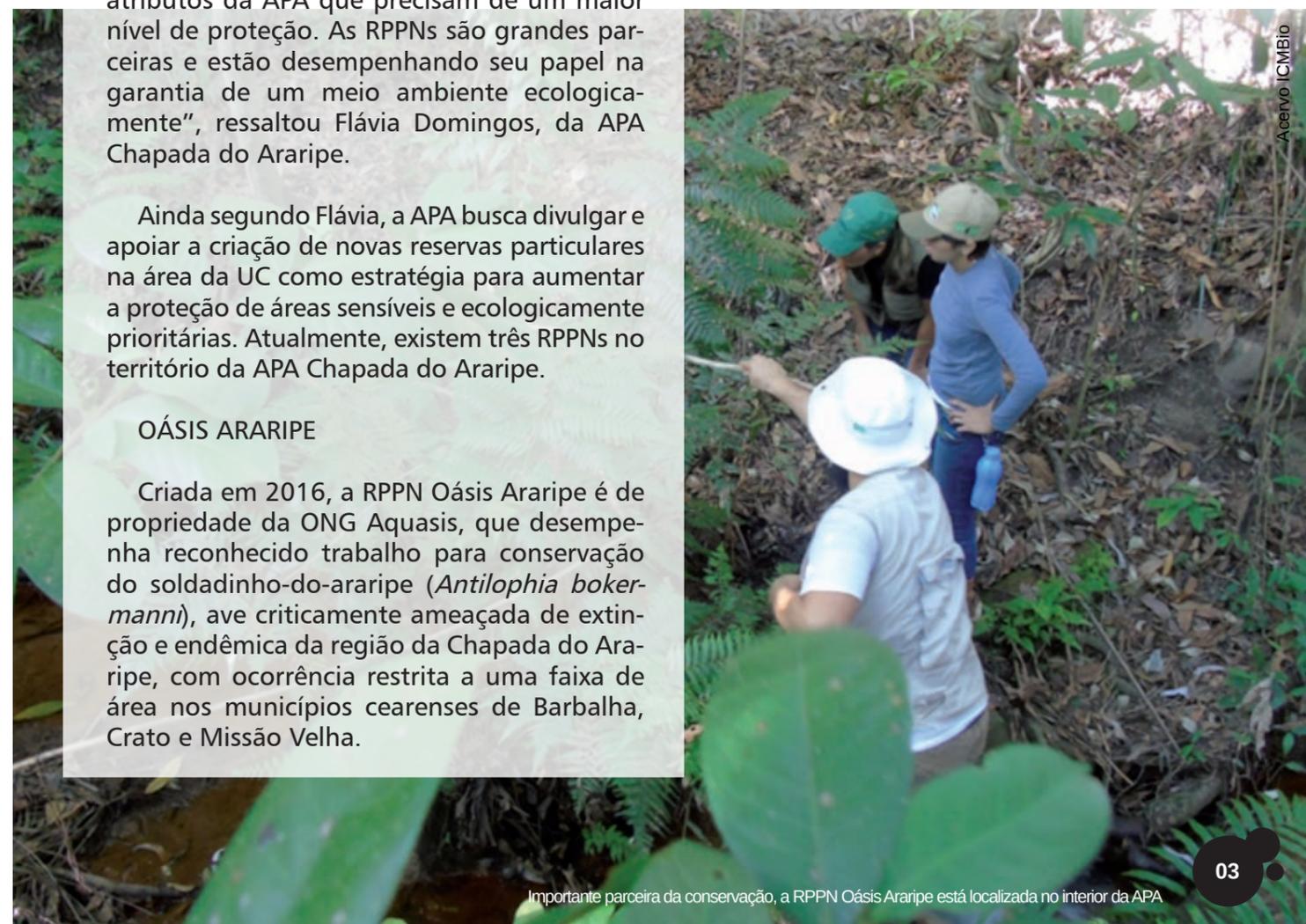
Ainda segundo Flávia, a APA busca divulgar e apoiar a criação de novas reservas particulares na área da UC como estratégia para aumentar a proteção de áreas sensíveis e ecologicamente prioritárias. Atualmente, existem três RPPNs no território da APA Chapada do Araripe.

OÁSIS ARARIPE

Criada em 2016, a RPPN Oásis Araripe é de propriedade da ONG Aquasis, que desempenha reconhecido trabalho para conservação do soldadinho-do-araripe (*Antilophia bokermanni*), ave criticamente ameaçada de extinção e endêmica da região da Chapada do Araripe, com ocorrência restrita a uma faixa de área nos municípios cearenses de Barbalha, Crato e Missão Velha.

Tendo como objetivo principal proteger o soldadinho-do-araripe, a reserva abriga um remanescente florestal úmido que protege nascentes e um importante grupo reprodutivo da espécie. O local pretende ser um laboratório vivo de boas práticas, resguardando o soldadinho e beneficiando as populações do entorno com serviços ambientais essenciais.

Por ocasião da visita técnica, a equipe da APA Chapada do Araripe pôde observar a vegetação do local em bom estado de conservação e um riacho formado por uma nascente localizada na própria área. Todavia, o momento mais emocionante da visita, segundo os participantes, foi a observação dos ninhos do soldadinho-do-araripe com ovos e até filhotes, já que a espécie está em plena época reprodutiva.



Importante parceira da conservação, a RPPN Oásis Araripe está localizada no interior da APA

PROJETO “10 PICOS, 10 TRAVESSIAS” fecha ciclo comemorativo na Serra dos Órgãos

O evento foi liderado pelo gestor e pelo coordenador de uso público do parque, Leandro Goulart e Leonardo Gomes, respectivamente, e teve a participação do chefe da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/Diman), Pedro da Cunha e Menezes, e da chefe da Divisão de Fomento a Parcerias, Carla Guaitanele. Servidores da área protegida e montanhistas completaram o grupo de aproximadamente 20 pessoas.

TRAJETO

O primeiro dia de caminhada começou na portaria do parque, em Petrópolis. A 1.029 metros de altitude, o grupo subiu para além da marca dos 2.000 metros, onde foi feito o pernoite, no Abrigo do Açú. No segundo dia, o grupo partiu em direção à Pedra do Sino, principal atrativo da travessia, a 2.263 metros. O visual espetacular estava escondido entre as nuvens, mas o desafio de vencer todos os obstáculos do percurso até o ponto mais alto do parque foi recompensado com um café quentinho no Abrigo 4, próximo à Pedra do Sino.

Os últimos 10 km de descida até a portaria de Teresópolis foram feitos debaixo de chuva fina e em meio a uma névoa que transformou a floresta em um cenário encantado. Um final abençoado pela grandiosidade da natureza para concluir o projeto “10 picos, 10 travessias”, que percorreu 365 km de trilhas em diferentes unidades de conservação federais, abarcando paisagens de Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia: dunas, praias, florestas e montanhas.

Nos dias 3 e 4 de fevereiro, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ) recebeu a 10ª e última travessia comemorativa do ICMBio. O percurso escolhido para fechar com chave de ouro as celebrações dos 10 anos do Instituto foi a clássica “Petrópolis x Teresópolis”. Os 28 km da “Petro x Tere”, como chamam os montanhistas, foram percorridos ao longo de dois dias. Além da caminhada, os participantes acompanharam a pintura das primeiras pegadas de sinalização da travessia.

Com a silhueta do Dedo de Deus na sola, as pegadas serão a marca registrada dos Caminhos da Serra do Mar, uma trilha de longo curso que cruza o parque nacional de uma ponta a outra e, futuramente, será estendida ao Parque Estadual dos Três Picos (RJ). A sinalização segue o padrão adotado pelo ICMBio para desenvolver o Sistema Brasileiro de Trilhas de Longo Curso, que já pode ser visto na Trilha Transcarioca (RJ), Trilha Chico Mendes (AC), no Caminho de Cora Coralina (GO) e no Caminho das Araucárias (RS).

ICMBio avança no combate ao desmatamento em UCs com Operação Integração

Em 2017, o ICMBio lançou a Operação Integração, um grande esforço em combater o desmatamento nas áreas prioritárias, chamadas de Arco do Desmatamento. Essas áreas estão situadas na região que compreende o sul do Amazonas até o leste do Maranhão.

Neste ano, a Operação Integração ganha ainda mais escala. No ano passado foram realizadas ações no Amazonas (Floresta Nacional do Iquiri e Parque Nacional do Mapinguari), em Rondônia (Floresta Nacional do Bom Futuro e Floresta Nacional do Jamari), Pará (BR 163, Terra do Meio, Reserva Extrativista Renascer e Reserva Extrativista Verde Para Sempre) e no Maranhão (Reserva Biológica do Gurupi).

Em 2018, as frentes de ação foram ampliadas. Ao todo, são nove frentes de combate: Mosaico 163; Reserva Biológica do Gurupi; região do Vale do Jamari; região da Floresta Nacional do Bom Futuro; região do NGI Altamira (Terra do Meio); sudeste do Amazonas (NGI Humaitá); oeste de Rondônia; sul do Amazonas e região da Reserva Extrativista Chico Mendes. As áreas de combate foram pensadas de acordo com o conceito de gestão por territórios. “A ideia é de proteger o território como um todo e não pensar unidade por unidade. A ameaça enfrentada por uma UC hoje será a de outra UC vizinha amanhã”, declarou o diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, Paulo Carneiro, durante evento que reuniu gestores e coordenadores regionais para o planejamento da Operação Integração, no final de janeiro.

“A Operação Integração tem a proposta de unificar todo o ICMBio para implementar as unidades de conservação geridas pelo Instituto”.

Ricardo Soavinski

“A integração é o caminho necessário para possibilitar que as causas do desmatamento ilegal na Amazônia sejam combatidas efetivamente”, explica o coordenador geral de Proteção, Luiz Felipe de Luca. “Esse esforço se traduz na Operação Integração, que busca integrar as estratégias e frentes de combate ao desmatamento das coordenações gerais do ICMBio, gestores das UCs, instituições federais e estaduais parceiras (Ibama, Polícia Federal, Polícia Militar e Aeronáutica), pesquisadores, instituições de monitoramento e agentes de fiscalização do ICMBio”, completa.

Em 2018, a iniciativa está ainda mais estruturada. No começo do ano, a CGPRO reuniu gestores e coordenadores regionais para consolidar e pactuar a construção da operação. Também participaram membros de outras coordenações de diversos macroprocessos do ICMBio, já que a ação visa atingir um dos objetivos do Instituto.

Outra novidade é a ampliação e formalização das parcerias com outros órgãos, tanto estaduais e municipais, quanto federais. Os coordenadores terão papel fundamental nesse processo. “A coordenação regional estará ainda mais empoderada para firmar essas parcerias e o processo ficará menos centralizado”, declarou o coordenador geral de Proteção.

A Operação Integração já conseguiu entregar alguns resultados importantes, sendo o principal a redução do desmatamento dentro das unidades de conservação. Diversas ações ocorreram em regiões como Terra do Meio, Iquiri, Mapinguari, Bom Futuro, Vale do Jamari, BR 163 e Reserva Biológica do Gurupi, o que ocasionou a implementação da Base Leste, durante a Operação Oriente (uma das etapas da Operação Integração).

“Essas ações reforçam o processo de implementação das unidades, contribuindo para que elas cumpram suas finalidades”, ressalta Luiz Felipe de Luca. A Reserva Biológica do Gurupi é um bom exemplo desse processo, visto que o uso científico da unidade tem sido cada vez mais intenso.



“A Operação Integração tem a proposta de unificar todo o ICMBio para implementar as unidades de conservação geridas pelo Instituto. A intenção é de que todo o ICMBio se envolva, pois a nossa finalidade é de implementação das UCs. Para isso, necessitamos do conhecimento, da experiência e do profissionalismo em todas as áreas de atuação do Instituto”, reforça o presidente do ICMBio, Ricardo Soavinski.

OPERAÇÃO INTEGRAÇÃO 2018

Quem quiser participar das ações de fiscalização da Operação Integração de 2018 já pode se inscrever pelo Recrutamento para participação em ações de fiscalização ambiental (Recram). As ações de fiscalização ocorrem de março a dezembro em 26 unidades de conservação situadas no Arco do Desmatamento. Clique aqui para acessar o Recram 2018: <https://goo.gl/PG626L>.

O participante poderá atuar em pelo menos cinco áreas. O coordenador de fiscalização é o responsável por gerir a ação; o agente faz autuações e lavra os autos de infração (necessário ser agente de fiscalização portariado); quem possui conhecimento na área de geoprocessamento pode auxiliar com a elaboração de mapas e outras atividades que envolvam softwares; o apoio técnico especializado elabora laudos, pareceres técnicos e vistorias; já o apoio logístico e administrativo se responsabiliza pela logística de acampamento, elaboração dos relatórios, manutenção da frota e outras atividades de apoio aos servidores que estão em campo.

Um kit composto por uma jaqueta bomb, camisa anti-insetos e com proteção UVA/UVB, chapéu, bota, camiseta, calça e mochila, foi especialmente formulado para incursões na Amazônia. O material será distribuído para os participantes da Operação Integração, inclusive quem já esteve envolvido nas ações do ano passado.

Parna do Viruá celebra Dia Mundial das Áreas Úmidas

O Parque Nacional do Viruá realizou, em parceria com o Fotoclube Roraima (FCRR), uma série de atividades para comemorar o Dia Mundial das Áreas Úmidas, celebrado no dia 2 de fevereiro. O objetivo da data é promover a sensibilização global para o valor dos ambientes alagados para a humanidade e o planeta.

Palestras, visitas fotográficas a diferentes atrativos e caminhadas em trilhas e passarelas, que contaram com a participação de fotógrafos do estado de Roraima e jovens residentes nas comunidades vizinhas, foram atividades promovidas para comemorar a data. “Eventos como esse são importantes para despertar a consciência da sociedade em relação ao valor das áreas úmidas”, afirmou Michele Dias, do Fotoclube Roraima. “Percorremos mais de 7 quilômetros em trilhas e passarelas e ainda pudemos fotografar diversas espécies de animais, incluindo araras, macacos, cutias, quati, pica-pau, aves de banhado e até uma araponga cantando”, relatou.

Segundo a gestora do Parque Nacional do Viruá, Beatriz Ribeiro, o evento faz parte de uma série de atividades previstas para o primeiro semestre de 2018, visando o fortalecimento da visitação na unidade de conservação. “Esse é o primeiro Dia Mundial das Áreas Úmidas que o Viruá comemora como um sítio Ramsar. Não podíamos deixar de celebrar, sobretudo no ano em que o Brasil sediará o Fórum Mundial da Água”, afirmou Beatriz.

As atividades voltadas para a visitação no Parna do Viruá incluem, ainda, um curso de formação de condutores para comunitários da região que já atuam como guias no parque, o fortalecimento da divulgação de seus atrativos para a sociedade, a sinalização de seus mais de 80 quilômetros de trilhas e a conclusão de uma passarela de madeira para portadores de necessidades especiais. “Tudo isso deverá culminar com o aniversário de 20 anos do parque, em 29 de abril”, explicou a gestora.

SOBRE A DATA

O Dia Mundial das Áreas Úmidas marca a assinatura da Convenção Mundial de Áreas Úmidas, em 1971, na cidade iraniana de Ramsar. A Convenção, que inclui 169 países, exige que cada país signatário defina ao menos uma área úmida em seu território para priorização dos esforços de conservação. Uma vez aprovada pelo corpo técnico, essas áreas passam a ser reconhecidas com o título de Sítio Ramsar, ou seja, uma área úmida de importância internacional.

Atualmente, o Brasil possui 22 dessas áreas. Em 2017, o Parque Nacional do Viruá, localizado em Roraima, foi designado um dos novos sítios Ramsar do país. Conhecido por sua enorme biodiversidade, o parque é recordista em número de espécies registradas de vertebrados (1.272), incluindo 500 espécies de peixes e 535 espécies de aves, além de 1.262 espécies de plantas identificadas.



Compensação Ambiental destina R\$ 334 milhões para UCs

Acervo ICMBio



Rebio União (RJ) recebeu a maior parcela de recursos

O Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF), formado por representantes do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do ICMBio, autorizou a aplicação de R\$ 334 milhões em unidades de conservação (UCs) do país em 2017.

A Reserva Biológica (Rebio) União recebeu a maior parcela de recursos (R\$ 30,8 milhões), seguida pela Rebio Jaru (R\$18,5 milhões), pelos parques nacionais Serra da Canastra (R\$15,3 milhões) e Lagoa do Peixe (R\$14,2 milhões) e pela Rebio Una (R\$10,5 milhões). O maior volume de recursos (81,02%) foi aplicado em UCs federais. Outros 18,19% foram direcionados às unidades estaduais e 0,79% às municipais.

O objetivo dos recursos é compensar os impactos não mitigáveis (com efeitos que não podem ser atenuados por exigências do licenciamento) de grandes obras. Calculados a partir do grau de impacto dos empreendimentos, os valores da compensação são usados na manutenção e implementação das UCs de uso sustentável e proteção integral. Os recursos destinados em 2017 correspondem ao cumprimento das exigências de Compensação Ambiental estabelecidas para 19 empreendimentos licenciados pelo Ibama.

Quando recebem os recursos, os órgãos gestores das unidades de conservação encaminham projetos ao comitê com sugestões de aplicação detalhadas. Em 2017, foram realizadas 11 reuniões pelo grupo para definir a destinação e a forma de aplicação dos recursos.

LEGISLAÇÃO

A compensação ambiental foi instituída pela Resolução Conama nº 10, de 3 de dezembro de 1987. Em 1996, a Resolução Conama nº 02 estabeleceu que o licenciamento ambiental de empreendimentos que causam significativo impacto ambiental está condicionado à implementação e manutenção de UC de uso público e proteção integral.

A Lei nº 9.985 de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), estabelece que “nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório (Eia/Rima), o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta lei”.

O Decreto nº 4.340/2002, que regulamenta a lei do Snuc, estabelece que os impactos a serem considerados para definição da Compensação Ambiental são os negativos, não mitigáveis e sujeitos a riscos que possam comprometer uma região ou causar danos a recursos naturais. A revisão do Decreto está em discussão no Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O Decreto nº 4.340/2002, que regulamenta a lei do Snuc, estabelece que os impactos a serem considerados para definição da Compensação Ambiental são os negativos, não mitigáveis e sujeitos a riscos que possam comprometer uma região ou causar danos a recursos naturais. A revisão do Decreto está em discussão no Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Criação de UCs marinhas é tema de consulta pública em Pernambuco

O Instituto Chico Mendes realizou, no último dia 7, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe), consulta pública para discussão da proposta de criação da unidade de conservação marinha dos arquipélagos São Pedro e São Paulo (localizados na parte central do Oceano Atlântico equatorial, a 1.010 quilômetros de Natal (RN), embora pertença ao estado de Pernambuco). Durante a audiência, as mais de 60 pessoas que participaram solicitaram o aumento da área atual proposta pelo ICMBio e ainda sugeriram limitar a possibilidade de mineração na futura Área de Proteção Ambiental (APA). As informações são do diretor de Criação e Manejo de Unidade de Conservação do ICMBio, Paulo Carneiro, que participou do evento.

“A audiência faz parte do esforço do ICMBio para ampliar as áreas de proteção marinhas. Nossa proposta é criar duas unidades de conservação: a dos arquipélagos São Pedro e São Paulo, em Pernambuco, e de Trindade e Martim Vaz, em Vitória (ES). Com isso, teremos 900 mil quilômetros quadrados de mar protegidos”, explicou Carneiro durante o encontro, que contou com a participação de representantes do Ministério Público, Ibama, Fundação Joaquim Nabuco e Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco. Os técnicos do ICMBio apresentaram os estudos biológicos e socioeconômicos sobre São Pedro e São Paulo e um professor da Universidade Federal da Paraíba falou sobre importância biológica da área.

A criação da UC faz parte da preocupação do governo brasileiro de estabelecer grandes áreas marinhas protegidas como estratégia de gestão do mar territorial e da zona econômica exclusiva (ZEE), unindo conservação ambiental e soberania nacional, a exemplo do que já fazem outros países. A criação da nova UC está sintonizada, ainda, com recomendações internacionais, preconizadas na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) e na Convenção da Diversidade

Biológica (CDB). Esta última prevê, entre suas metas, a proteção pelos países signatários de 10% das áreas marinhas e costeiras. Hoje, o Brasil conta apenas com 1,5% de suas áreas marinhas sob proteção.

MOSAICOS

A proposta prevê a criação de mosaicos de UCs, com uma área maior, como Área de Proteção Ambiental (APA), contendo uma área menor, como Monumento Natural (Mona). Os monumentos naturais são unidades de proteção integral e teriam, entre outros objetivos, o de garantir a recuperação dos recursos pesqueiros. Já as APAs são uma categoria menos restritiva, admitindo várias atividades sustentáveis nos seus limites. Os dois arquipélagos são ricos em biodiversidade, com espécies de fauna e flora endêmicas (só existentes no local) ou ameaçadas de extinção, e cumprem uma função estratégica na delimitação e proteção do mar territorial brasileiro e da ZEE. Mesmo considerada área ecológica ou biologicamente significativa por organizações internacionais, em processo conduzido pela CDB, a região de São Pedro e São Paulo permanece ainda praticamente sem nenhum mecanismo de proteção.



Acervo ICMBio

População após criação de UCs marinhas no Espírito Santo

Se depender da população capixaba, a APA e o Monumento Natural (Mona) do Arquipélago de Trindade e Martin Vaz serão criados. Em consulta pública promovida pelo ICMBio no último dia 8 de fevereiro, na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, cerca de 150 pessoas representando a sociedade civil e uma série de instituições que atuam na área ambiental no estado fizeram um debate qualificado em torno da proposta apresentada e exigiram que a criação não fique no papel.

Entre os pontos que ganharam destaque, estão: que a proposta da área do monumento natural seja contígua, ligando as ilhas de Trindade e o arquipélago de Martin Vaz; que, depois de criadas, as UCs sejam logo implementadas com os instrumentos de gestão necessários, tais como Plano de Manejo; que a área seja efetivamente fiscalizada, garantindo que os estoques pesqueiros e a rica biodiversidade ali existente sejam protegidos; que seja proibida qualquer retirada de biodiversidade para fins de atendimento da indústria da mineração; e, por fim, que a Marinha do Brasil reduza as ações de pesca recreativa na região.

Apresentada pelo analista ambiental do ICMBio, Aldizio Lima, a proposta da APA de Trindade e Martin Vaz engloba duas áreas – uma num raio de 200 milhas náuticas ao redor do arquipélago e outra em frente ao posto oceanográfico, dentro do monumento natural. A APA terá como objetivos assegurar os direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, garantindo o uso sustentável da zona econômica exclusiva para fins econômicos, além de ordenar a pesca, navegação, turismo e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental que se apresentem como estratégicas à região.

Já a outra área será o Monumento Natural (Mona) de Trindade e Martin Vaz, que terá como objetivos preservar sítios naturais raros (compostos por monte submarinos e ilhas da Cadeia Vitória-Trindade), garantir a integridade dos ha-

bitats e das populações de espécies ameaçadas de extinção, promover a execução constante de pesquisa e monitoramento da biodiversidade na região e contribuir, por meio do mosaico de unidades de conservação e seu zoneamento, para a recuperação de estoques pesqueiros.

RIQUEZAS

Entre as riquezas naturais citadas na apresentação, destaca-se o fato de que as UCs propostas possuem mais de 200 espécies de plantas, sendo 15 delas endêmicas. Além disso, suas praias são o maior sítio reprodutivo da tartaruga-verde no Brasil, abrigando até 6 mil ninhos por ano. Aldizio ressaltou, ainda, que a região abriga sete espécies de aves, além de uma diversidade de peixes (87) e tubarões do Atlântico Sul (17), sendo um deles extremamente ameaçado (o cherne negro), além de ser abrigo para 12 espécies de cetáceos.

Após apresentação do ICMBio, o pesquisador do Departamento de Biologia Marinha da Universidade Federal Fluminense (UFF), Carlos Eduardo Leite Ferreira, que estuda a região, reforçou que o Brasil possui ilhas oceânicas com ecossistemas únicos no mundo. “Os últimos cinco anos revelaram que a biomassa de peixes em ambientes recifais e nas ilhas é muito maior do que na costa/continente. Se no continente o peixe está diminuindo é porque a pressão humana é muito maior. Daí esses sítios serem importantíssimos para manutenção dos estoques pesqueiros”, frisou o pesquisador.

Carlos Eduardo também pontuou a relevância da região como um “laboratório natural de evolução”, onde diversas espécies endêmicas tiveram origem. “Regiões como esta, em termos de prospecção marinha, podem revelar uma série de substâncias novas, com potencial anti-câncer ou anti-HIV. Daí ser vital preservá-la”, concluiu o especialista.



Evento reuniu 150 pessoas, entre representantes de órgãos públicos e da sociedade civil

Acervo ICMBio

Iniciativas de produção sustentável em UCs são tema de evento do Banco do Brasil



Evento aconteceu no auditório do CCBB, em Brasília

Castanha-do-Brasil, andiroba, murumuru, açaí, látex e borracha natural, produtos amazônicos cada vez mais presentes na vida dos brasileiros, são essenciais para a subsistência de populações tradicionais do norte do país. Parte delas vive nas unidades de conservação federais geridas pelo ICMBio, especialmente em Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas.

As iniciativas de produção sustentável foram temas de palestras realizadas na última terça-feira (20), que reuniram funcionários da Fundação Banco do Brasil, integrante do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte). O Ecoforte é um programa capitaneado pelo Governo Federal, com apoio do Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, Fundação Banco do Brasil e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

Promover a conservação com o uso racional e sustentável dos recursos naturais junto aos moradores das áreas protegidas e adjacências é uma das missões do ICMBio. “Cabe a nós buscar formas de assegurar qualidade de vida, trazer visibilidade às populações tradicionais, proporcionando autonomia, o que resulta em conservação da biodiversidade”, ressaltou a coordenadora geral de Populações Tradicionais, Bruna de Vita. O ICMBio participa do Ecoforte, que já está em sua segunda edição, com dados e subsídios sobre as famílias extrativistas e na articulação de lideranças comunitárias para capacitação nos editais, a fim de que mais projetos sejam habilitados.

Em 2014, na sua primeira edição, o Ecoforte aportou 4 milhões de reais para beneficiar 10 empreendimentos e 2.658 participantes em 10 municípios nos estados do Amazonas, Pará e Amapá. No edital lançado em 2016, cuja última etapa ocorreu em novembro do ano passado, aproximadamente 12,3 milhões de reais estavam disponí-

veis para 23 instituições, beneficiando mais de 6 mil pessoas distribuídas em 17 municípios. O sucesso do projeto foi comemorado pela secretária de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, Juliana Simões, que ressaltou que essa iniciativa pode ser replicada em outros biomas. “O Cerrado, por exemplo, tem metade do tamanho da Amazônia e sofre com uma taxa de desmatamento maior. Projetos como esses estimulam a aplicação dos modelos em outros biomas ameaçados, como Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, ampliando assim a carteira de projetos”, concluiu Juliana.

O PAPEL DO ECOFORTE PARA AS COMUNIDADES

A produção sustentável em unidades de conservação possui várias especificidades que incluem desde falta de infraestrutura, dificuldade de comunicação por causa das grandes distâncias, falta de capacitação e alto custo dos maquinários e equipamentos.

Com os editais Ecoforte as comunidades adquirem maior capacidade de contornar esses desafios. O aporte financeiro auxilia na compra de equipamentos que facilitam o beneficiamento dos produtos, agregando valor e, conseqüentemente, aumentando a renda. Também são investidos valores na melhoria da logística de transporte, possibilitando mais oportunidades de negócios.

A Reserva Extrativista Ituxi, no sul do Amazonas, foi uma das beneficiadas pelo Ecoforte, no segmento da coleta e beneficiamento de castanhas. Com o auxílio do programa, as 143 famílias puderam mapear os castanhais, adquirir equipamentos e insumos e melhorar o sistema de comunicação.

Na Resex Médio Juruá, também no Amazonas, o ganho foi na aquisição de equipamentos e na melhoria da infraestrutura no mercado das oleaginosas, como andiroba e murumuru. Já na Resex do Lago Cuniã, o manejo de jacarés, que começou como Compensação Ambiental da Hidrelétrica de Jirau, conta agora com o primeiro frigorífico dentro de UC e equipamentos de proteção na produção de carne e couro de 900 animais por ano, rendendo cerca de 250 mil reais por safra para os comunitários.

Parceria dá visibilidade à produção de povos do Médio Xingu

A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi a principal parceira para a realização da II Feira dos Povos do Médio Xingu, boa prática que reuniu extrativistas de cinco unidades de conservação (UCs) federais e indígenas de 11 Terras Indígenas (TIs). O evento aconteceu na Reserva Extrativista do Rio Iriri, no Pará, em junho do ano passado, e foi realizado por meio do Plano de Ação Sustentável (PAS), subsidiado pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e com o patrocínio de parceiros locais, além da Funai.

A prática teve como objetivos apresentar para a população urbana a diversidade e qualidade de produtos da floresta, valorizar a diversidade cultural dos povos do Médio Xingu e sua conectividade e intercâmbio com a cidade de Altamira, proporcionar a construção de novas relações entre a floresta e o urbano, facilitando a troca de saberes, o encontro e a solidariedade entre os povos do Médio Xingu.

Segundo Ana Cleia Azevedo, chefe da Resex Rio Iriri, a feira contribuiu para a valorização dos produtos da floresta e o intercâmbio entre os próprios indígenas. “Frequentemente, os produtos feitos pelos indígenas da região eram vendidos por um preço injusto no mercado, sem escoamento para os centros urbanos ou oportunidades locais. Com a exposição desses itens durante o evento, mais pessoas puderam conhecer os produtos e comprá-los, fortalecendo a cultura e a identidade desses povos. Além disso, apesar de os indígenas viverem em um mesmo território, muitos deles não se conheciam, e a feira proporcionou um encontro entre eles e a partilha de conhecimentos, resistências e lutas”, explica Ana Cleia.

Para que o evento acontecesse com sucesso, foi construído um cronograma de ações para o planejamento e monitoramento das atividades e objetivos propostos, além de reuniões frequentes com a equipe de organização da feira, servidores do ICMBio e da Funai. A prática fortaleceu a parceria entre as enti-

dades governamentais que dão suporte aos povos tradicionais, promovendo o diálogo e a aproximação entre todos, e contou também com o envolvimento de estudantes voluntários da Universidade Federal do Pará e com o apoio de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Altamira.

RESULTADOS ALCANÇADOS PELA FEIRA

- Fortalecimento cultural e identitário das comunidades e etnias da região;
- Diálogo e aproximação entre indígenas e extrativistas;
- Reconhecimento da diversidade étnica e cultural da região pelos moradores urbanos;
- Aproximação da população urbana e dos povos tradicionais;
- Maior visibilidade das entidades governamentais que dão suporte aos extrativistas (ICMBio) e aos indígenas (Funai);
- Valorização dos produtos da floresta.



Bruno Bimbató



Prata da casa

Tese de doutorado aborda disponibilidade de alimentos para o peixe-boi-da-Amazônia



Sara Leitão

Entrevistas com comunitários da Resex Tapajós Arapiuns foram realizadas em conjunto com o analista Nivaldo Reis (in memoriam)

No segundo semestre de 2017, a analista ambiental do Cepam, Luciana Carvalho, concluiu e apresentou sua tese de doutorado, intitulada “Caracterização de igapós de águas claras e pretas e suas disponibilidades alimentares para o Peixe-boi-da-Amazônia (*Trichechus inunguis*)”. A pesquisa foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Biologia de Água Doce e Pesca Interior (BADPI), do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (Inpa). Segundo Luciana, o peixe-boi-da-Amazônia é herbívoro, endêmico da bacia amazônica, e sua distribuição está ligada ao pulso de inundação e à disponibilidade de plantas aquáticas. “Sabe-se que ele habita ambientes bem diferenciados entre si, como igapós de águas pretas e claras. Atualmente se encontra na categoria de ameaça ‘vulnerável’ devido aos eventos de caça (histórica e atual), sua baixa taxa reprodutiva e a destruição de seus habitats”, explica a analista.

Embora sejam de extrema importância, grande parte dos estudos sobre a alimentação da espécie foi desenvolvida utilizando conteúdos estomacais ou de fezes, que trazem informações de curto prazo. “Por meio de estudos de campo em unidades de conservação federais, realizados em lagos de igapós de águas pretas (rio Negro – Parna de Anavilhanas) e claras (rio Tapajós – Resex Tapajós Arapiuns e Flona do Tapajós), entrevistas com populações tradicionais e análises de isótopos estáveis de C e N em dentes e ossos de peixe-boi-da-Amazônia, obtive informações sobre a dinâmica da disponibilidade alimentar para a espécie, dados sobre sua biologia e dieta nas diferentes fases ontogenéticas (idades)”, destaca.

A disponibilidade alimentar pode representar um fator determinante na migração trófica do peixe-boi-da-Amazônia entre igapós e várzea, especialmente no caso das fêmeas lactantes do baixo rio Negro, próximo a Anavilhanas. “Por isso, a adoção de iniciativas interinstitucionais para garantir a proteção regional da espécie, considerando as possibilidades de movimentação entre habitats, requer atenção especial. Além disso, com a finalidade de reduzir ameaças à espécie e aumentar a efetividade das UCs, é necessário maior envolvimento da população local e de áreas adjacentes em atividades que ampliem sua percepção sobre a relevância da conservação de ambientes naturais e de espécies ameaçadas como o peixe-boi-da-Amazônia”, conclui a pesquisadora.

Espaço Fiscalização

Planejamento de ações de fiscalização 2018

A Coordenação de Fiscalização (Cofis) informa que o prazo para o envio dos planejamentos de ações de fiscalização encerrou-se no dia 2 de fevereiro. A partir de então, poderão ser encaminhadas demandas de ordem emergencial ou extemporâneas (aquelas que fugiram do período de planejamento estabelecido em edital). Os planejamentos extemporâneos passarão pelo processo de análise convencional da Co-

ordenação Regional. No entanto, em caso de necessidade de recursos orçamentários para executá-los, estes dependerão de recursos remanescentes de outras operações ou da decisão da CR por priorizá-los em detrimento daqueles aprovados durante o ciclo convencional. Para mais informações, acesse o edital do Planaf 2018 no espaço restrito da Intranet > CGPRO.

CurtaJ

Fórum Mundial da Água aberto a sugestões

O 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre 18 e 23 de março, em Brasília, tem como uma das prioridades a participação social na definição dos debates. Para isso, disponibiliza "Sua Voz", uma plataforma online em que as pessoas podem colaborar com sugestões e comentários. As duas primeiras rodadas de consultas já foram concluídas. A terceira e última está aberta até 12 de março. Acesse o link para participar: <https://goo.gl/CQ7bXG>.

O Fórum é o maior evento global sobre o tema água. Busca contribuir para o processo decisório a respeito do assunto em nível mundial, objetivando o uso racional e sustentável desse recurso natural. É promovido a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água juntamente com o país e a cidade anfitriã – nesta 8ª edição, Brasil e

Brasília, respectivamente. É a primeira vez que o evento ocorre no Hemisfério Sul e a expectativa é de que Brasília receba 10 mil congressistas e 45 mil visitantes.

SERVIÇO:

8º Fórum Mundial da Água

Data: 18 a 23 de março

Local: Centro de Convenções Ulisses Guimarães (cerimônia de abertura, eventos oficiais e sessões do fórum) e Área Externa do Estádio Mané Garrincha (Feira e Vila Cidadã) – Brasília/DF

Inscrições abertas no portal do evento: <https://goo.gl/FjZwHc>.



Projeto 10 picos 10 travessias





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Nana Brasil

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Supervisora da DCOM

Márcia Muchagata

Colaboraram nesta edição

Antônio Lisboa – Parna do Viruá; Sandra Tavares – Centro Tamar; Rafael Costa – Flona de Ipanema; Izabela Marinho – CGPRO/Diman; Flávia Domingos – APA Chapada do Araripe; Luciana Carvalho – Cepam; Danúbia Melo – DCOM; Carla Oliveira – DCOM; Ramilla Rodrigues – DCOM.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

